

Servidor terá legislação unificada

O Governo está particularmente empenhado em conter os gastos com a folha de pessoal da União. Para tanto, conta com a imediata implantação do Plano de Carreiras e do Sistema Jurídico Único. Espera com isso evitar as constantes lutas dos servidores por isonomia e ampliação de direitos que frequentemente surpreendem as previsões orçamentárias.

Conforme a exposição de motivos anexa ao Orçamento, os direitos adquiridos, assegurados na legislação, e as garantias constitucionais, como estabilidade e ampliação do conceito de isonomia inviabilizaram muitas tentativas de redução dos gastos com pessoal. Além disso, foram criados pela Constituição benefícios e encargos que elevam os gastos, como o pagamento de férias com um terço da remuneração normal.

A União emprega atualmente 882 mil e 126 servidores, incluindo os do Poder Legislativo e os do Judiciário. O Executivo tem 837 mil, 052 funcionários, incluindo os 139 mil das sociedades de economia mista. Sem estes, o número regular de pessoas que integram o Sipec (Sistema de Pessoal Civil da Administração Direta) é de 698 mil, ou seja, 9 mil a menos do que os 707 mil verificados no último cadastro, relativo a setembro de 1988.

Os servidores do Legislativo ganham, em média, duas vezes e meia mais que os do Executivo, enquanto os do Judiciário ganham duas vezes mais.